

Material Didático / Guia Analítico

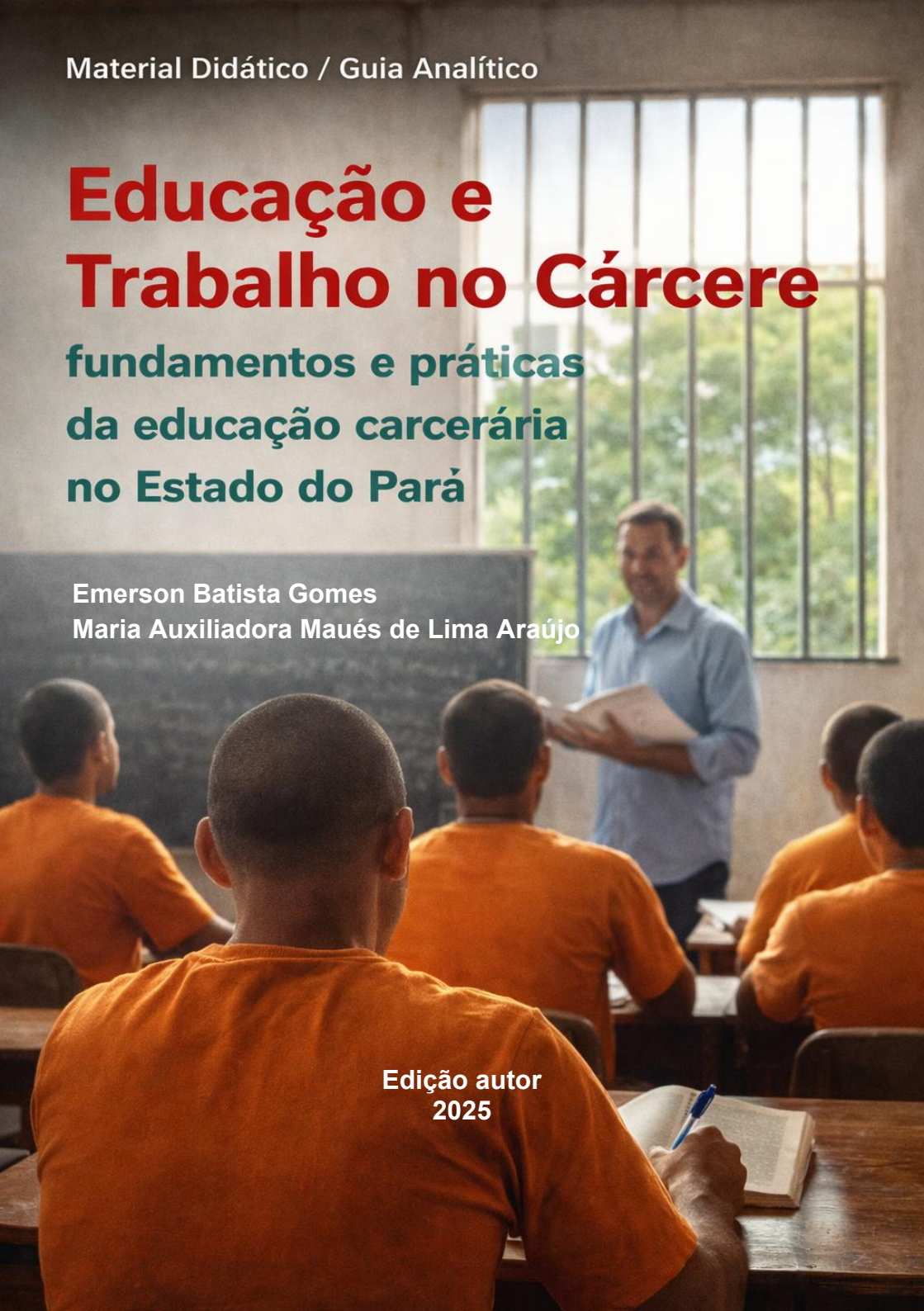
Educação e Trabalho no Cárcere

fundamentos e práticas
da educação carcerária
no Estado do Pará

Emerson Batista Gomes

Maria Auxiliadora Maués de Lima Araújo

Edição autor
2025





Universidade do Estado do Pará

Reitor
Vice-Reitora
Pró-Reitora de Graduação
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Pró-Reitor de Extensão
Diretor do CCSE

Clay Anderson Nunes Chagas
Ilma Pastana Ferreira
Acylena Coelho Costa
Luanna de Melo Pereira Fernandes
Higson Rodrigues Coelho
Frederico Bicalho

Conselho Editorial

Profa. Dra. Aline Vieira de Albuquerque - SESC DN
Profa. Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes – UFPA
Profa. Dra. Marcela Cristiane Ferreira Régio – UEPA
Prof. Dr. Raimundo Santos de Castro – IFMA Prof.
Dr. Ronaldo Barros Ripardo – UNIFESSPA Prof.
Dr. Saulo Furletti - IFMG

Projeto Gráfico e Diagramação

Emerson Batista Gomes

Revisão Gramatical e

Ortográfica Manoel Fonseca

Revisão Técnica

1a Aiala Colares Oliveira Couto

2a Ronilson Freitas de Souza

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gomes, Emerson Batista; Araújo, Maria Auxiliadora M. de L

Educação e trabalho no cárcere [livro eletrônico] : fundamentos e práticas da educação carcerária no Estado do Pará / Emerson Batista Gomes, Maria Auxiliadora Maués de Lima Araújo. -- Belém, PA : Instituto Mãe Crioula, 2025.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-989454-1-1

1. Cárcere privado 2. Educação 3. Direitos humanos
4. Políticas públicas 5. Reintegração social
6. Sistema penitenciário - Brasil 7. Trabalho -Aspectos sociais I.
Araújo, Maria Auxiliadora Maués de Lima. II. Título.

26-343711.0

CDD-370.19

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : Aspectos sociais 370.19

Suelen Silva Araújo Oliveira - Bibliotecária - CRB-8/11482

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.



Sobre os autores

Emerson Batista Gomes

Doutor e Mestre em Educação em Ciências e Matemática (REAMEC/UFMT-UFPA e UFPA), Professor Adjunto da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e coordena o Grupo Colaborativo de Educação Matemática e Educação Afro-Brasileira (GCEM-EAB).

E-mail: emersonbg@uepa.br

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5282393585759195>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8777-9218>

Maria Auxiliadora Maués de Lima Araújo

Doutora em Educação (UFPA), Professora Adjunta do Departamento de Educação Geral da Universidade do Estado do Pará (UEPA), membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação e do Observatório de Gestão Escolar (OBSERVE/UFPA). Técnica em Assuntos Educacionais e Diretora da E.E.E.M. Frei Miguel de Bulhões (SEDUC-PA), Membro da Comissão de Direitos Humanos (CDH/OAB-PA), ocupante da cadeira de nº 4 da Academia de Letras do Brasil/ALB-SMG/ São Miguel do Guamá e Primeira Secretária Geral, e Membro do Conselho Municipal da Mulher (SMG). Foi Vice Diretora Regional ANPAE/NORTE (2017/2019).

E-mail: auxiliadoramaues@uepa.br

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5874968574354771>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0760-7070>



DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

Categoria e tipo deste produto e: disponível em:

https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ORIENTACOES_REGISTRO_PRODUCAO_TECNICA_TECNOLOGICA_ENSINO.pdf

Nome do produto: Educação e Trabalho no Cárcere: fundamentos e práticas da educação carcerária no Estado do Pará / Prison Education and Work: foundations and practices of prison education in Pará State.

Origem do Produto: Pesquisa bibliográfica desenvolvida no âmbito de estudos sobre políticas educacionais e direitos humanos relacionados à educação carcerária no Brasil.

Público-alvo: Professores, pedagogos, gestores educacionais, pesquisadores da área de educação, profissionais do sistema penitenciário e estudantes de licenciatura interessados em educação em contextos de privação de liberdade.

Finalidade: Subsidiar a compreensão dos fundamentos teóricos, legais e sociais da educação carcerária no Brasil, especialmente no Estado do Pará, contribuindo para a formação crítica de educadores e gestores envolvidos com práticas educativas em ambientes prisionais.

Nível de Ensino a que se destina o produto: Ensino Superior e formação continuada de profissionais da educação.

Caráter inovador do PE: Médio teor inovador — o produto sistematiza e articula conhecimentos já estabelecidos na literatura acadêmica, apresentando-os de forma organizada e direcionada à formação educacional e reflexão crítica sobre a educação carcerária.

Setor da Sociedade beneficiado pelo impacto: Educação.

Cidade/País: Belém/Brasil.

Ano: 2025.



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO CARCERÁRIA NO BRASIL	8
3. PLANOS, METAS E DESAFIOS NACIONAIS DA EDUCAÇÃO PRISIONAL.....	10
4. DESAFIOS REGIONAIS E O ENSINO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO ESTADO DO PARÁ	12
5. ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS DE ENSINO NO CONTEXTO PRISIONAL.....	14
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
7. REFERÊNCIAS	17



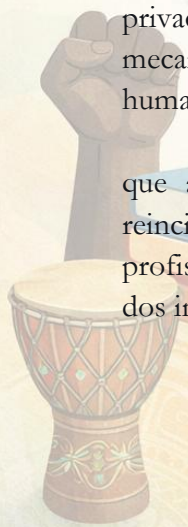
1. APRESENTAÇÃO

A educação constitui um direito social fundamental assegurado a todos os cidadãos brasileiros, sendo reconhecida como instrumento de formação humana, exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Esse princípio encontra respaldo na legislação educacional brasileira, especialmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece que a educação deve promover o desenvolvimento pleno da pessoa e sua preparação para o exercício da cidadania e do trabalho (Brasil, 1996).

Quando se trata de pessoas privadas de liberdade, entretanto, a concretização desse direito enfrenta múltiplos desafios estruturais, institucionais e sociais. A população carcerária brasileira apresenta, em sua maioria, baixos níveis de escolarização e forte vulnerabilidade social, o que reforça a necessidade de políticas educacionais específicas voltadas à educação no sistema prisional.

Nesse contexto, a educação carcerária se configura como um campo de atuação que articula direitos humanos, políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas à ressocialização e à reconstrução de trajetórias sociais. A escolarização em ambientes de privação de liberdade não deve ser compreendida apenas como mecanismo de remição de pena, mas sobretudo como um direito humano fundamental e um instrumento de reintegração social.

Estudos sobre o sistema penitenciário brasileiro indicam que a educação desempenha papel estratégico na redução da reincidência criminal, no desenvolvimento de competências profissionais e na ampliação das possibilidades de reinserção social dos indivíduos encarcerados (Galiotto e Medina, 20023).



O presente Produto Educacional tem como objetivo oferecer um *guia analítico e reflexivo para profissionais da educação e pesquisadores interessados na temática da educação carcerária*, com especial atenção ao contexto do Estado do Pará. O material reúne fundamentos históricos, marcos legais, dados estatísticos e discussões sobre políticas educacionais voltadas à população privada de liberdade.

Ao sistematizar conhecimentos sobre o tema, pretende-se contribuir para a formação crítica de educadores e gestores que atuam ou desejam atuar em contextos prisionais, fortalecendo práticas pedagógicas comprometidas com a dignidade humana, a inclusão social, a transformação das realidades educacionais no cárcere, a prática decolonial e antirracista.



2. BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO CARCERÁRIA NO BRASIL

A história da educação no sistema prisional brasileiro acompanha as transformações do próprio sistema penal e das concepções de punição e ressocialização ao longo do tempo. Durante o período colonial e grande parte do período imperial, as prisões tinham essencialmente um caráter punitivo, sendo destinadas à contenção e ao castigo dos indivíduos considerados desviantes.

Nesse período, não havia preocupação com processos educativos ou com a reinserção social dos condenados. A lógica predominante era a punição exemplar e a segregação social. Apenas no decorrer do século XX surgiram debates mais consistentes sobre a função social das penas e sobre a necessidade de reintegração do indivíduo à sociedade.

Com a consolidação do Estado democrático e o avanço das políticas de direitos humanos, a educação passou a ser reconhecida como um dos instrumentos fundamentais para a ressocialização de pessoas privadas de liberdade. Nesse contexto, a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) estabeleceu importantes diretrizes para a garantia de direitos no sistema penitenciário brasileiro.

Entre os princípios estabelecidos por essa legislação, destaca-se a garantia de assistência educacional aos presos, incluindo:

- ✓ educação escolar básica;
- ✓ formação profissional;
- ✓ acesso a atividades culturais e educativas.



A Lei de Execução Penal reconhece que a execução da pena deve proporcionar condições para a reintegração social do condenado, sendo a educação um dos principais instrumentos para atingir esse objetivo.

Nas décadas seguintes, novas políticas públicas foram formuladas com o objetivo de fortalecer a educação no sistema penitenciário brasileiro. Entre essas iniciativas destaca-se o Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional, instituído pelo Decreto nº 7.626/2011, que buscou ampliar a oferta educacional nas unidades prisionais e fortalecer a articulação entre os sistemas de educação e administração penitenciária.

Essas iniciativas representam avanços importantes na consolidação da educação como direito das pessoas privadas de liberdade, embora ainda existam desafios significativos relacionados à infraestrutura, à formação de professores e à implementação efetiva das políticas educacionais nas unidades prisionais.



3. PLANOS, METAS E DESAFIOS NACIONAIS DA EDUCAÇÃO PRISIONAL

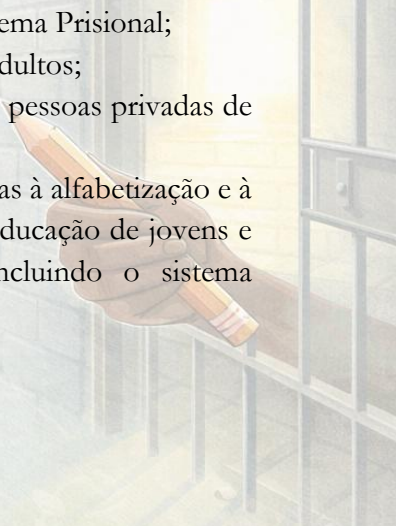
A consolidação da educação prisional no Brasil está diretamente associada às políticas públicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade educacional destinada a indivíduos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade adequada.

Grande parte da população carcerária brasileira apresenta baixos níveis de escolaridade e parcela significativa de população negra, o que evidencia um processo histórico de segregação racial e falta de oportunidades à população preta e periférica, justificando a necessidade de retificação desse quadro e a importância da educação como estratégia de inclusão social e desenvolvimento humano. Pesquisas indicam que a maioria das pessoas privadas de liberdade não concluiu o ensino fundamental ou o ensino médio, o que reforça a necessidade de programas educacionais específicos para esse público (Alves et al., 2022).

Entre as principais políticas nacionais relacionadas à educação prisional destacam-se:

- ✓ Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional;
- ✓ Programas de Educação de Jovens e Adultos;
- ✓ políticas de formação profissional para pessoas privadas de liberdade.

Além disso, iniciativas nacionais voltadas à alfabetização e à qualificação educacional buscam fortalecer a educação de jovens e adultos em diferentes contextos sociais, incluindo o sistema prisional (Pará, 2025).



Apesar dos avanços institucionais, diversos desafios ainda persistem no cenário nacional, entre os quais se destacam:

- ✓ insuficiência de salas de aula em unidades prisionais;
- ✓ restrições logísticas e de segurança;
- ✓ falta de formação específica para docentes;
- ✓ descontinuidade de políticas educacionais.

Esses fatores dificultam a universalização do acesso à educação no sistema penitenciário brasileiro e evidenciam a necessidade de políticas públicas mais estruturadas e permanentes.



4. DESAFIOS REGIONAIS E O ENSINO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO ESTADO DO PARÁ

No Estado do Pará, a educação prisional vem sendo desenvolvida por meio da articulação entre a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), responsáveis pela implementação das políticas educacionais voltadas à população privada de liberdade.

O Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade estabelece diretrizes para a ampliação da oferta educacional nas unidades prisionais, buscando garantir acesso à educação básica, à educação profissional e a outras atividades formativas (Pará, 2025).

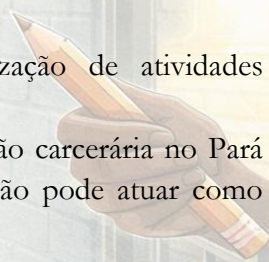
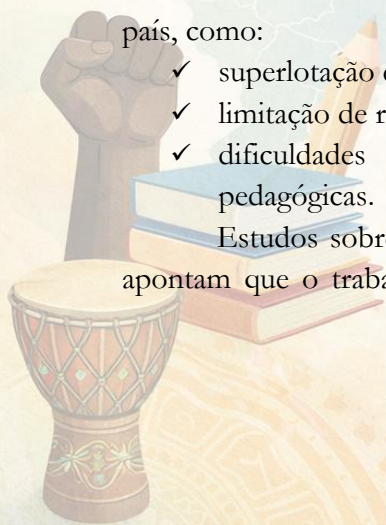
Entre os objetivos do plano destacam-se:

- ✓ ampliar o acesso à educação escolar nas unidades prisionais;
- ✓ fortalecer programas de educação profissional;
- ✓ promover ações de reinserção social por meio da educação.

Apesar dessas iniciativas, o sistema prisional paraense enfrenta desafios semelhantes aos observados em outras regiões do país, como:

- ✓ superlotação das unidades prisionais;
- ✓ limitação de recursos educacionais;
- ✓ dificuldades logísticas para a realização de atividades pedagógicas.

Estudos sobre o trabalho e a educação carcerária no Pará apontam que o trabalho associado à educação pode atuar como



princípio educativo fundamental para a reinserção social das pessoas privadas de liberdade (Araújo e Fidalgo, 2019).

Nesse sentido, políticas educacionais voltadas ao contexto prisional devem considerar as especificidades regionais e as condições sociais da população encarcerada.



5. ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS DE ENSINO NO CONTEXTO PRISIONAL

A implementação de práticas pedagógicas no sistema prisional exige abordagens educativas sensíveis às especificidades do contexto de privação de liberdade. O ambiente prisional apresenta características institucionais e sociais particulares que impactam diretamente os processos de ensino e aprendizagem.

Entre as estratégias pedagógicas recomendadas para a educação prisional destacam-se:

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

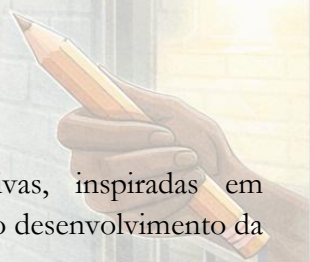
A EJA constitui a principal modalidade de ensino ofertada nas unidades prisionais brasileiras, possibilitando a continuidade da escolarização de indivíduos que interromperam seus estudos.

Formação profissional

Programas de formação profissional são fundamentais para a preparação do indivíduo para o mercado de trabalho após o cumprimento da pena, contribuindo para a redução da reincidência criminal.

Metodologias participativas

Abordagens pedagógicas participativas, inspiradas em perspectivas críticas da educação, favorecem o desenvolvimento da



autonomia intelectual e da reflexão crítica dos estudantes privados de liberdade.

Integração entre trabalho e educação

A articulação entre educação e trabalho representa um importante eixo formativo no sistema prisional, permitindo que o aprendizado escolar esteja relacionado às experiências de vida e às perspectivas futuras dos indivíduos encarcerados.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no sistema prisional representa um importante instrumento de promoção da cidadania, de redução das desigualdades sociais e de construção de oportunidades de reinserção social para pessoas privadas de liberdade.

Embora avanços legislativos e institucionais tenham ampliado o reconhecimento da educação como direito da população carcerária, ainda persistem desafios significativos relacionados à implementação efetiva das políticas educacionais nas unidades prisionais.

Nesse cenário, torna-se fundamental fortalecer a articulação entre políticas públicas, instituições educacionais e gestores do sistema penitenciário, de modo a garantir que a educação no cárcere seja efetivamente concebida como direito humano e instrumento de transformação social.



7. REFERÊNCIAS

ALVES, Brêna Maria de Souza; TAVARES, Maria Creuza da Silva; ALVES, Márcia de Albuquerque. *Desafios da educação prisional no Brasil*. Cabedelo – PB: UNIESP, 2022.

ARAUJO, Maria Auxiliadora Maués de Lima; FIDALGO, Fernando Selmar Rocha. O trabalho e a educação carcerária no estado do Pará. *Nova Revista Amazônica*. Vol. VII, Nº 01, p. 75-91, Abril 2019.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. *Lei de Execução Penal*.

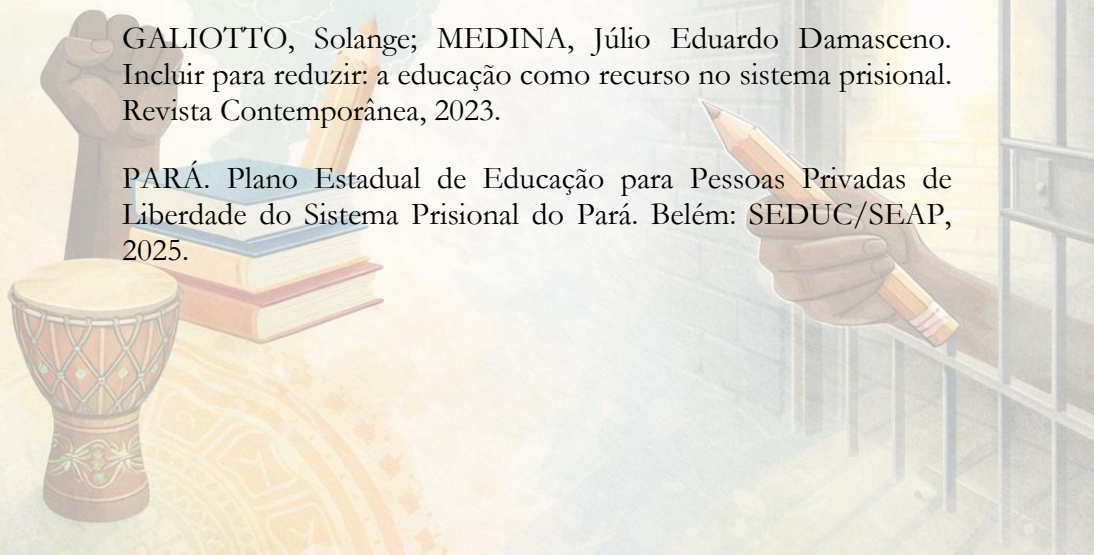
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.

BRASIL. Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011. *Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional*.

FIDALGO, Fernando Selmar Rocha; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Educação nas prisões: pesquisas e pesquisadores. *Trabalho & Educação*, Vol. 32, Nº 02, p. 86-100, Mai-Ago. 2023.

GALIOTTO, Solange; MEDINA, Júlio Eduardo Damasceno. Incluir para reduzir: a educação como recurso no sistema prisional. *Revista Contemporânea*, 2023.

PARÁ. Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade do Sistema Prisional do Pará. Belém: SEDUC/SEAP, 2025.



Realização:



NEAB

Núcleo de Estudos Afro-brasileiros | UEPA

Apoio:



ISBN 978-65-989454-1-1